

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Mineradora tem projeto de R\$ 9,1 bi com megabarragem.....	1
Título: BB elege fornecedores em contrato de R\$ 37 m	3
VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Governo quer fim de preferência da Petrobras no pré-sal.....	3
Título: Guedes: Bolsonaro pediu para CPMF ficar de fora	6
Título: Entenda os regimes de exploração	9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão / RIO

Título: Mineradora tem projeto de R\$ 9,1 bi com megabarragem

Ferro. Subsidiária da chinesa Honbridge, SAM quer erguer complexo de mineração que irá de Grão Mogol (MG) a Ilhéus (BA) e já foi rejeitado pelo Ibama em 2016; empresa investiu US\$ 74 mi em estudos e compra de direito de exploração e quer gerar 1,2 mil vagas

O governo de Minas Gerais assinou na quinta-feira um protocolo de intenções com a Sul Americana de Metais (SAM), subsidiária da chinesa Honbridge Holdings, para a construção de um complexo de mineração de R\$ 7,9 bilhões no norte do Estado. Chamado de Bloco 8, o projeto inclui um mineroduto de 480

quilômetros que irá da cidade mineira de Grão Mogol até Ilhéus (BA), passando por 21 municípios. Com a construção do mineroduto, o investimento total sobe a R\$ 9,1 bilhões.

O projeto prevê uma das maiores barragens de rejeitos do País e é condenado por entidades como o Movimento dos Atingidos por Barragens. A empresa afirma que o modelo é seguro. Se chegar à plena operação, o Bloco 8 terá produção de 27 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, pouco menor que a da mina de Brucutu, da Vale, e semelhante à capacidade total prevista no projeto Minas- Rio, da Anglo, cuja logística também depende de um mineroduto. As jazidas a serem exploradas estão nos municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho.

O complexo terá uma usina de concentração de minério, barragens de água e barragem com capacidade para suportar 845 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Para se ter uma ideia da proporção, a barragem da Vale na mina de ferro Córrego do Feijão, em Brumadinho, tinha capacidade para armazenar 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Seu rompimento, em 25 de janeiro, liberou uma onda de lama que matou 249 pessoas e deixou 21 desaparecidas. A barragem de Fundão da Samarco, em Mariana, tinha armazenados 55 milhões de metros cúbicos quando se rompeu, em novembro de 2015.

Inicialmente a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o projeto teve o licenciamento desmembrado. A parte de mineração ficará a cargo da autoridade ambiental de Minas, enquanto o mineroduto, por cruzar a divisa do Estado, será licenciado pelo Ibama. Ele será construído e operado pela Lotus Brasil Comércio e Logística, empresa independente da SAM. Na quarta-feira, entidades, entre as quais sindicatos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) afirmam que esse será um “projeto de morte”, com impactos severos para a região.

“Caso o projeto seja aprovado, serão destruídas pelo menos 11 comunidades em Grão Mogol, mas os impactos serão sentidos ao longo de toda bacia do Rio Jequitinhonha e do Rio Pardo”, diz o manifesto. Veto por risco. O Ibama rejeitou o projeto em 2016, na época chamado de Vale do Rio Pardo, por inviabilidade ambiental. O parecer técnico que embasou a decisão destacava os riscos às comunidades e ao meio ambiente. “O projeto resultaria na geração de volume muito grande de rejeitos, o que evidencia escolha tecnológica incompatível com as técnicas mais modernas de mineração, que buscam minimizar a dependência de barragens de rejeitos”, dizia o Ibama.

Gizelle Andrade, diretora de Relacionamento e Meio Ambiente da SAM, afirma que o projeto foi reestruturado em 2017 e é seguro. Até aqui foram investidos

US\$ 74 milhões em estudos e aquisição de direitos minerários. De acordo com ela, a barragem deixou de utilizar o método a montante – usado em Brumadinho e Mariana e hoje condenado – e terá um sistema capaz de evitar infiltrações no corpo da barragem. A ideia é que, em caso de rompimento, um sistema de diques faça o material ficar confinado na cava da barragem, sem atingir a comunidade. “Não há possibilidade de que os rejeitos extrapolem essa barragem”, disse Germano Vieira, ao Estadão/ Broadcast o secretário de Meio Ambiente de Minas.

Segundo Vieira, a empresa terá de respeitar a Lei Mar de Lama, sancionada pelo governo de Minas, que proíbe a manutenção de residências ou estruturas em uma área de 10 quilômetros na linha de eventual mancha de lama da barragem. O processo de licenciamento prévio deve ser concluído em fevereiro de 2020. Thiago Toscano, presidente da Agência de Promoção de Investimentos e Comércio Exterior de Minas Gerais, diz só ver benefícios para a comunidade. A expectativa é que sejam gerados 1,2 mil empregos diretos e receita de R\$ 4 bilhões por ano só na mina, sobre a qual serão pagos royalties de mineração.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: BB elege fornecedores em contrato de R\$ 37 m

O Banco do Brasil selecionou prestadores de serviços de locação de usinas solares para os próximos 15 anos, cujos contratos podem chegar a R\$ 37 milhões. No Distrito Federal, a vencedora foi a Sices Brasil, cujo contrato é de R\$ 18 milhões. A candidata arrematou ainda a prestação de serviços em Goiás, de R\$ 8,4 milhões. Já no Pará a vencedora foi a Yes Energia Solar, com contrato de R\$ 10,4 milhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/09/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo quer fim de preferência da Petrobras no pré-sal

Novas regras para o pré-sal

Governo quer acabar com direito de preferência da Petrobras

BRASÍLIA- O governo pretende flexibilizar o regime de exploração do pré-sal, permitindo que blocos nestas áreas possam ser leiloados no modelo de

concessão —no qual a empresa se torna dona do petróleo, mas assume o risco da atividade, e o vencedor da disputa é quem oferece o maior lance. A mudança tem potencial de aumentar a arrecadação federal no curto prazo, o que permitiria a melhora das contas públicas em um momento de escassez de recursos. Para isso, o governo decidiu apoiar o projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que altera a lei do pré-sal e acaba com o direito de preferência da Petrobras na seleção dos blocos. O objetivo é aprovar a proposta ainda este ano.

Atualmente, as áreas do pré-sal são leiloadas no regime de partilha — criado em 2010 para ampliar os ganhos na exploração de reservas. No modelo, a União é a dona do petróleo, e as empresas atuam como sócias. A arrecadação do leilão é fixa, e o vencedor é quem oferecer à União o maior percentual de óleo (após descontar o custo de exploração).

— Esse projeto é prioritário. Estamos trabalhando nas telecomunicações, vamos aguardar vir da Câmara a lei do saneamento e vamos trabalhar o regime de partilha. A ideia é aprovar ainda neste ano. O governo tem interesse que o debate avance — disse ao GLOBO o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

REGRA ATUAL NO MEGA LEILÃO

O texto estabelece que o regime de concessão poderia ser usado também na contratação de áreas dentro do polígono do pré-sal — região definida em lei que engloba campos de exploração de petróleo entre as bacias de Santos e Campos —, e deixar o governo decidir em que blocos aplicar o regime de concessão ou de partilha.

Além disso, a Petrobras perderia o direito de exercer a preferência por blocos a cada leilão na área. Atualmente, a estatal diz ao governo, antes de cada licitação do pré-sal, se pretende impor a sua participação mínima de 30% como sócia do consórcio vencedor. Essa preferência agora pode cair, diante da avaliação de que a norma distorce a competição pelos campos.

A mudança, se concretizada, seria a segunda a ser feita no modelo de partilha. A primeira, feita em 2016, determinou o fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração no pré-sal.

As alterações do projeto de José Serra não afetariam os leilões deste ano. Estão marcadas três licitações para outubro e novembro, entre elas o megaleilão do pré-sal, que terá arrecadação de R\$ 106,5 bilhões repartida com estados e municípios. O objetivo é que as mudanças já sejam adotadas nos leilões do próximo ano.

O Brasil tem hoje dois principais regimes de exploração de petróleo: concessão e partilha, com diferentes critérios de impostos e pagamentos de royalties.

Há um terceiro modelo de exploração de petróleo no país, chamado de cessão onerosa. Mas esse foi um único contrato entre o governo e a Petrobras, regido por lei específica, para a exploração de cinco blocos na Bacia de Santos, após a descoberta do pré-sal.

Tudo que foi licitado no polígono do pré-sal, além de áreas consideradas estratégicas, precisa ser ofertado pelo regime de partilha. O governo avalia, porém, que existem campos com produtividade menor que o padrão para esse regime. Por isso, o Ministério da Economia defende que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) — órgão que reúne ministérios, presidido pelo ministro de Minas e Energia —, e assessorado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), decida qual é o regime jurídico mais vantajoso para cada bloco: partilha ou concessão.

Segundo técnicos do ministério, a necessidade da flexibilização é inerente aos diferentes perfis de risco exploratório das áreas. Na avaliação do Ministério da Economia, há blocos cujo potencial geológico não justifica a licitação no modelo de partilha, que tem carga fiscal mais elevada e cobra royalties de 15% sobre a receita bruta. Além disso, há a participação da estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) como gestora de contratos e membro do Comitê Operacional.

MAIS CONCORRÊNCIA

É como se a União entrasse de sócia na exploração, compartilhando riscos com as empresas. Na área de Libra, a primeira concedida sob o regime de partilha, a União tem direito a 41,65% do petróleo produzido, depois de descontados os custos de produção. Essa parcela de petróleo é vendida pelo próprio governo, por meio da PPSA. Na concessão, os royalties são de 10%, além de haver o pagamento de participação especial — que incide progressivamente sobre o lucro de campos muito produtivos.

Por isso, a avaliação é que, em campos com pouco nível de informação ou atratividade, o modelo de concessão seria mais adaptado ao nível de risco exploratório. Haveria menos riscos para a União e para as empresas, e os campos ficariam mais atraentes para os investidores. Na prática, o projeto acaba com a eficácia do polígono do pré-sal, já que seria feita avaliação sobre o modelo do contrato para cada bloco ofertado.

As propostas juntas, dizem os técnicos, têm potencial de aumentar as condições de concorrência nos leilões ao não fornecer direito de preferência à Petrobras

nas licitações em partilha, além de adequar a oferta de blocos nos leilões ao regime mais adequado ao perfil de cada área.

Durante a transição presidencial, em novembro, Guedes chegou a discutir com sua equipe simplesmente acabar com o regime de partilha para todos os leilões futuros. A ideia, naquele momento, era fazer o megaleilão no modelo de concessão, com potencial de arrecadar mais que os R\$ 106 bilhões previstos. A avaliação, porém, foi que a mudança poderia tumultuar o certame.

Estatual inicia venda de mais refinarias

- > A Petrobras anunciou ontem o início da segunda fase dos processos de venda de ativos de refino e logística no país.
- > Essa fase inclui a venda da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas; Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará; e Unidade de Industrialização do Xisto (Six), no Paraná.
- > Essas quatro refinarias estão dentro de um plano maior da empresa de vender ao todo oito ativos de refino, como objetivo de levantar bilhões de dólares que deverão ser usados especialmente para a redução do endividamento, em linha com o plano de desinvestimento da estatal.
- > Na primeira fase do processo, a Petrobras incluiu as refinarias Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; Landulpho Alves (Rlam), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/09/2019

Seção: Economia

Autor: Pedro Capetti

Título: Guedes: Bolsonaro pediu para CPMF ficar de fora

Presidente ligou do hospital pedindo que imposto não entrasse na reforma tributária. Ministro acredita que, com ajustes, economia pode ter crescimento de 2,5% no ano que vem, e prometeu acelerar privatizações

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro telefonou para ele do hospital para dizer que não quer a criação de uma nova CPMF na reforma tributária.

— Estávamos simulando um imposto de transação financeira, só que o presidente sempre foi contra esse imposto e pediu para não colocar — disse Guedes em entrevista a correspondentes estrangeiros no Rio de Janeiro.

Ele confirmou que a equipe econômica trabalhava com uma alíquota de 0,4% para o tributo sobre pagamentos, mas, mostrando irritação, afirmou que os números não deveriam ter sido levados a público.

REVISÃO DO IR

Segundo Guedes, o ex-secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, exonerado esta semana, já havia pedido para deixar o cargo “inúmeras vezes” por achar que estava atrapalhando o governo: — Eu dizia: se você tiver que cair um dia, que caia junto com o imposto.

Guedes explicou que a proposta de reforma tributária que será enviada ao Congresso vai se apoiar em três pilares: um IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) dual, a revisão das faixas do Imposto de Renda (IR) e a desoneração da folha de pagamento.

Sobre o IVA dual, que substituirá impostos federais, o ministro disse que este vai permitir a adesão voluntária de estados e municípios.

Ao ser perguntado mais uma vez sobre a CPMF, o ministro disse que não falaria mais sobre o assunto: — Eu não falei sobre isso. Quem falou sobre isso da última vez foi demitido.

Guedes, afirmou ainda que, com o avanço das reformas, há chance de o Produto Interno Bruto (PIB) do país crescer até 2,5% em 2020: — Quem fez o Orçamento do ano passado foi o outro governo, eles botaram (crescimento de) 2,5%, e eu sabia que não ia ser 2,5% porque não fizemos as reformas. Agora, sim, fizemos as reformas e quem sabe ano que vem vai ser 2,5% — afirmou.

— Nós sabemos que o primeiro ano seria difícil, o segundo deve ser um melhor, graças às reformas.

Para este ano, o ministro diz não ter certeza se o crescimento será de 0,8% ou 1%.

Economistas projetam expansão de 0,87% este ano e de 2,07% em 2020, segundo o último relatório Focus, do Banco Central, com estimativas do mercado.

Guedes ainda classificou de falsa a informação de que Bolsonaro quer derrubar a regra do teto de gastos: — Bolsonaro está 100% fechado comigo no teto de gastos — afirmou.

No início do mês, Bolsonaro defendeu a preservação do teto de gastos, afirmando que ceder nessa questão seria “abrir uma rachadura no casco do transatlântico”..

SISTEMA DE 'FAST TRACK'

Guedes afirmou ainda que planeja criar, em 2020, um fast track (sistema de aceleração dos processos) para avançar na privatização de estatais.

Segundo ele, a meta de privatização deste ano, estimada em R\$ 80 bilhões, foi praticamente alcançada com a venda de subsidiárias da Petrobras, como a Transportadora Associada de Gás (TAG) e a BR Distribuidora. Um movimento mais amplo deve ocorrer no ano que vem, estima o ministro:

— Nossa meta, de R\$ 80 bilhões, foi praticamente atingida antes do fim do ano, com BR Distribuidora e outras pequenas desestatizações. As maiores vamos avançar no ano que vem, vamos criar um fast track para as privatizações.

Guedes destacou ainda as medidas realizadas pelo governo para abrir o mercado de gás natural no país, como a diminuição do papel da Petrobras no mercado e a criação do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural.

Ele estima que, em um ano e meio, o Brasil consiga reindustrializar sua estrutura produtiva, em cima da energia barata.

O ministro também confirmou que deve encaminhar, nas próximas duas semanas, uma nova medida provisória (MP) do saneamento básico, a fim de flexibilizar o investimento privado na área. Segundo Guedes, o objetivo é reduzir as desigualdades entre regiões e as taxas de mortalidade, tendo em vista a falta de recursos estatais.

— O saneamento é importante para o país, para a redução das desigualdades e das taxas de mortalidade entre as regiões — disse Guedes.

'DANÇAMOS COM OS DOIS'

Guedes falou também da Argentina, que terá eleições presidenciais em outubro e onde a oposição lidera as pesquisas. Ele defende que o país vizinho se mantenha aberto aos negócios. Sobre a guerra comercial entre Estados Unidos e China, disse que o Brasil continuará negociando com ambos.

— Você quer que eu diga que vou dançar com uma e brigar com outro? Nós dançamos com os dois, com Argentina, europeus, chineses.

*Com Reuters

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/09/2019

Seção:

Autor:

Título: Entenda os regimes de exploração

Regime de concessão

O Brasil tem hoje dois principais regimes de exploração de petróleo: concessão e partilha, com diferentes critérios de impostos e pagamentos de royalties. Pela concessão, a petroleira é dona de todo o óleo extraído e ganha o bloco exploratório quem der o maior valor por cada campo no momento do leilão. Por essa lógica, caso o governo adote a concessão como critério para a maioria dos leilões, aumentará o potencial de arrecadação no curto prazo.

Regime de partilha

Pela partilha, a arrecadação do leilão é fixa e uma parte do óleo-lucro (petróleo extraído descontados os custos de produção) fica com a União. A lógica é que a União deve se apropriar de parte da renda da produção de petróleo porque são grandes reservas com baixo risco exploratório e alto potencial de produção. Na partilha, a arrecadação durante o leilão é fixa e vence a empresa que oferecer maior percentual do óleo-lucro para a União.

Polígono do pré-sal

Trata-se de uma região definida em lei que engloba campos de exploração de petróleo entre as bacias de Campos e Santos. Tudo que for licitado no polígono do pré-sal, além de áreas consideradas estratégicas, precisa ser ofertado no regime de partilha. O governo avalia agora, porém, que existem campos com produtividade menor e que, nestes casos, não faria sentido licitá-los no regime de produção de partilha, que tem carga fiscal mais elevada.

MME / ASCOM .